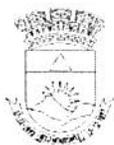




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

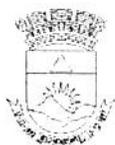
Às 19h28min do dia 3/11/14, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e com a presença dos vereadores Adriano Ventura e Coronel Piccinini, reuniu-se em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. O presidente declarou abertos os trabalhos, para realização de Audiência Pública, nos termos do Requerimento de Comissão nº 58/14, de autoria do vereador Jorge Santos, com a finalidade de “discutir o projeto de lei que contém a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG/2014-2017, na parte relativa às Políticas Urbanas”. O presidente convidou a fazer parte da mesa: 1) o secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, Thiago Grego; 2) o secretário municipal adjunto de Orçamento, Bruno Passeli. O presidente registrou a presença de: o secretário municipal de Obras e Infra-Estrutura, José Lauro Nogueira Terror; o secretário municipal de Serviços Urbanos, Pier Giorgio Senesi Filho; o secretário municipal de Segurança Urbana, Hélio dos Santos Júnior - Coronel Júnior; o secretário municipal adjunto de Gestão Compartilhada, Gelson Leite; o chefe de gabinete da Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte, Roberto Abrantes; Karla Maria Vilas Marques, representando o diretor da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL, Genedempsey Bicalho Cruz; Daniel Marx Couto, representando o presidente da BHTrans, Ramon Victor Cesar; o diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Informática de Minas Gerais, Gildásio Cosenza; o presidente da Associação do Bairro São Bernardo, Renato



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

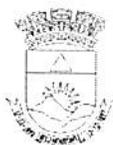
Januário Santos; Flávia Iglésias Bretas, representando a vereadora Elaine Matozinhos. O presidente informou que o prazo para apresentação de sugestões populares é de 30/10/14 a 4/11/14, da seguinte forma: das 7h30min de 30/11/14 até a meia-noite de 4/11/14, sem interrupção, para sugestões enviadas pelo portal da CMBH, e as sugestões em papel devem ser apresentadas no protocolo da Diretoria do Processo Legislativo - Dirleg, durante o expediente da Câmara, ou seja, das 7h30min às 19 horas. O vereador Adriano Ventura sugeriu que fossem convidados representantes dos movimentos Nossa BH e Tarifa Zero para compor a mesa. O presidente ressaltou que todos os que quisessem poderiam fazer o uso da palavra, desde que se inscrevessem e que participar da mesa não oferecia alguma diferenciação. Em seguida, convidou os representantes dos movimentos Nossa BH e Tarifa Zero para compor a mesa. Tomaram assento à mesa Adriana Torres, representando o movimento Nossa BH, e Letícia Domingues, representando o movimento Tarifa Zero. O secretário Tiago Grego agradeceu a presença dos colegas de governo. Informou que a apresentação estava dividida por grupo de projetos. O secretário municipal adjunto de Orçamento, Bruno Passeli informou que quatro principais premissas foram utilizadas para as estimativas das receitas para 2015/2017, sendo elas: base nos índices de crescimento econômico do País e nos índices inflacionários indicados na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2015, sendo 5% inflação e 3% do Produto Interno Bruto - PIB; consideração dos esforços de combate a sonegação fiscal e a redução do estoque da dívida ativa; previsão no Orçamento da União de continuidade dos repasses aos Estados e Municípios, para novos investimentos e garantia de continuidade de projetos em andamento; previsão de recursos de operações de crédito para financiamento de investimentos. Apresentou os dados orçados e revisados, sendo que: o valor total orçado para 2014 foi de R\$11.468.686.229,00; o valor revisado para 2015 foi de R\$11.751.994.238,00; o

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized letter 'V' followed by several smaller, less distinct characters.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

valor revisado para 2016 foi de R\$12.339.593.949,00; o valor revisado para 2017 foi de R\$12.956.573.647,00. Registre-se a presença do vereador Gilson Reis. Bruno Passeli apresentou dados da consolidação de despesas por grupo. Apresentou dados de despesas em Política Urbana divididas em cinco áreas temáticas: Cidade com Mobilidade, Cidade Segura, Cidade Compartilhada, Cidade com Todas as Vilas Vivas e Cidade Sustentável. O secretário municipal adjunto de Gestão Compartilhada, Gelson Leite, informou que na temática Cidade Compartilhada se encontram os instrumentos de participação. Ressaltou que até o início deste ano o Orçamento Participativo - OP - fazia parte da Secretaria de Planejamento e agora está em Cidade Compartilhada. Esclareceu que a Cidade Compartilhada possui dois programas: o OP e o Gestão Compartilhada. Informou que as metas do OP são relativas aos empreendimentos aprovados no OP Regional e no OP Digital até 2011 e que a meta é de conclusão de 70 empreendimentos em 2014 e de conclusão de 284 empreendimentos até 2016. Disse que as principais metas e resultados previstos são relativos a: 1) Orçamento Participativo Digital realizado em 2015 e 2017; 2) Orçamento Participativo Regional realizado em 2016; 3) Orçamento Participativo da Criança e Adolescente implantado; 4) Programa A Prefeitura Mais Perto de Você implantado; 5) Programa Fiscal da Cidade implantado. Apresentou os valores previstos e ressaltou que os recursos não são relativos à execução das obras do OP e sim para desenvolver os projetos e programas relativos às obras. Karla Maria Vilas Marques, representando o diretor-presidente da URBEL, Genedempsey Bicalho Cruz, informou que a área Cidade de Todas as Vilas Vivas possui três programas, sendo dois programas sustentadores. Informou que uma das metas principais é produzir, em parceria com o Programa Minha Casa, Minha Vida, 18.889 moradias, de 2015 a 2017, para atendimento ao déficit qualitativo e quantitativo do Município. Informou que no Programa



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Vila Viva as metas são: 1) conclusão de 1.649 unidades habitacionais destinadas a reassentamentos de famílias; 2) eliminação de 677 situações de risco alto e muito alto; 3) finalização das obras de implantação do Vila Viva: São José, Várzea da Palma, Taquaril, Califórnia, Morro das Pedras, Santa Terezinha, Pedreira Prado Lopes, Cemig/Alto das Antenas, Aeroporto/São Tomaz, Serra, Santa Lúcia; 4) beneficiamento de 2.707 famílias com a elaboração de Planos Globais Específicos - PGE; 5) regularização fundiária de cerca de 12 mil domicílios em vilas e favelas. Informou que no Programa Habitação as principais metas são: 1) conclusão de 17.240 unidades habitacionais do Programa Minha, Casa Minha Vida; 2) realização de cerca de 17.080 cadastros para o Programa Minha, Casa Minha Vida; 3) regularização de 1.613 moradias produzidas pela PBH. Apresentou os valores previstos para 2015, 2016 e 2017, sendo estes: R\$373.870.169,00, R\$397.304.669,00 e R\$323.091.676,00, respectivamente. O secretário municipal de Obras e Infraestrutura, José Lauro Nogueira Terror, informou que a área Cidade com Mobilidade possui oito programas, sendo seis programas sustentadores: 1) Expansão do Metrô; 2) Implantação do Corta Caminho; 3) Conclusão da Avenida Pedro I; 4) Prioridade ao Transporte Coletivo; 5) Gestão Inteligente da Mobilidade; 6) Transporte Seguro e Sustentável. Disse que as principais metas são: 1) Via 710, Boulevard Arrudas III: informou que já conseguiram realizar as desapropriações, que a contratação da obra está em andamento e que o projeto viário pronto; 2) Nova Rodoviária, no bairro São Gabriel: informou que a nova concessionária já foi selecionada, que as desapropriações estão em andamento e que 85% do projeto executivo está pronto; 3) implantação Projeto Mobicentro, com mais duas etapas; 4) 2.280 vagas em estacionamento subterrâneo implantadas na área Central; 5) BRT na Av. Amazonas: informou que será realizada uma fase com recursos federais; 6) Projeto Pedala BH: construção de 60 km de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ciclovias. Disse que sobre o Projeto Pedala BH o representante da BHTrans poderá falar melhor sobre o assunto. Apresentou os valores previstos para 2015, 2016 e 2017, sendo eles: R\$917.711.042,00, R\$1.045.127.244,00 e R\$1.046.129.446, respectivamente. O secretário municipal de segurança urbana, Coronel Júnior, informou que a área Cidade Segura possui quatro programas, sendo que Prevenção da Violência é o programa sustentador. Disse que as principais metas são: 1) espaço urbano mais seguro: com ampliação da infraestrutura de videomonitoramento para 600 câmeras; 2) prevenção à violência: a) Programa Construindo o Futuro dos Nossos Jovens: com 2 mil jovens atendidos/ano; b) implantação do Observatório da Prevenção Social; c) realização de seis campanhas do Programa Fica Vivo. Apresentou os valores previstos em segurança para 2015, 2016 e 2017, sendo eles: R\$229.304.565,00; R\$242.573.845,00; R\$242.145.770,00. O secretário municipal de Serviços Urbanos, Pier Giorgio Senesi Filho, apresentou dados sobre o item Cidade Sustentável, o qual possui 15 programas. Informou que os programas sustentadores são: 1) Coleta, Destinação e Tratamento de Resíduos Sólidos; 2) Gestão Ambiental; 3) Planejamento e Estruturação Urbana; 4) Movimento Respeito por BH; 5) Manutenção da Cidade; 6) Parques e Áreas Verdes; 7) Pampulha Viva. Informou que as principais metas/resultados previstos são: 1) reforma de 25 parques; 2) quatro parques implantados, a partir de áreas verdes existentes; 3) Programa BH Mais Verde com o plantio de mais 2 mil árvores; 4) implantação do Programa Pampulha Viva: com o desassoreamento e despoluição da Lagoa da Pampulha; revitalização da Orla; 5) prevenção de enchentes/inundações: construção de seis novas bacias/reservatórios de detenção; 6) 4.000km de pavimento asfáltico recomposto; 7) Operação Oxigênio: com ampliação de 7 mil para 12 mil fiscalizações/ano; 8) investimentos na requalificação do Polo da Moda no Barro Preto; 9) 25 mil cruzamentos da cidade com identificação de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ruas/sinalização; 10) 15.000 famílias beneficiadas com titulação de lotes/domicílios; 11) operações urbanas do Barreiro, Antônio Carlos/Pedro I e Via Leste-Oeste iniciadas; 12) aumento de 31 para 40 o número de unidades de Recebimento de Pequenos Volumes - URPVs; 13) Coleta Seletiva: a) porta a porta com expansão para 60 bairros, b) ponto a ponto com expansão para 200 locais de entrega voluntária; 14) Vilas e Favelas: a) cobertura dos serviços de limpeza urbana: 60.000km de vias atendidas; b) limpeza de córregos: 123km/ano com aumento da frequência de limpeza. Apresentou os valores previstos para o Cidade Sustentável nos anos de 2015, 2016 e 2017, sendo eles R\$1.687.434.790,00, R\$1.805.245.891,00 e R\$2.045.177.983, respectivamente. O presidente registrou a presença de Pedro Martins, da Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza. O vereador Gilson Reis declarou que, quando se discute o PPAG, está sendo discutida a concepção de governabilidade de uma cidade e não apenas números. Criticou o modelo de gestão da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - baseado nas parcerias público-privada - PPPs. Comentou sobre seu livro que fala sobre o choque de gestão do governo do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Considerou que choque de gestão significa favorecer o setor privado em detrimento da população. Declarou que os pilares de sustentação da política do atual Executivo de Belo Horizonte são: 1) processo de endividamento; 2) aprofundamento das relações de PPPs; 3) aumento das cargas tributárias. Declarou que está havendo um abandono das políticas do OP. Questionou a redução de investimentos em mobilidade urbana. Questionou qual será o valor do reajuste das passagens de ônibus este ano. Declarou que os trabalhadores estão à margem do PPAG e da discussão da política municipal. Comentou sobre matéria do jornal *O Tempo* que abordou as obras municipais. Criticou o modelo de gestão da PBH Ativos S/A, o qual não pode ser fiscalizado pela sociedade civil. Disse se sentir



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

impressionado com o fato de que oito áreas da cidade tenham sido discutidas em menos de meia hora. Considerou que existe uma visão de que “discutir democracia é ruim para a cidade e para a gestão”. Observou que as emendas apresentadas pela população ao PPAG ano passado não foram aceitas. Disse que tudo o que é relativo à participação social é colocado em segundo plano. Reforçou que este é um debate político que vai além dos números. O vereador Adriano Ventura informou que possui um quadro comparativo com as alterações feitas na revisão do PPAG. Disse que, se pegar um orçamento dos quatro anos, não houve um decréscimo e sim um acréscimo. Declarou que o problema se encontra na área por resultados, pois os números se equivalem. Disse que em várias áreas existe um decréscimo do PPAG original para o PPAG revisado. Declarou que essas alterações devem ser explicadas para a população e para os vereadores, pois embora o orçamento total seja o mesmo, várias áreas não estão sendo contempladas. Disse que a sociedade civil precisa ser ouvida para se definir o que será priorizado. Informou que o corpo técnico da CMBH fez um trabalho de comparar o PPAG original com o PPAG revisado. Elogiou o fato de ter ocorrido um decréscimo em publicidade. Observou que o prefeito que assumir em 2017 enfrentará problemas devido à redução dos recursos. Questionou o decréscimo significativo em transporte coletivo, moradia, OP, Parques e Respeito a BH. Ressaltou que para a recuperação da Região da Pampulha houve um acréscimo de 5.224%. Disse que é necessário sensibilizar o Executivo para requalificar os investimentos. Salientou que é grave o fato de que indenizações pagas pelas desapropriações não representem um valor justo. Considerou que a discrepância dos dados do PPAG original para o PPAG revisado foi tão grande que não seria possível nem apresentar emendas. O presidente registrou a presença do superintendente da Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, Victor Valverde. O vereador Coronel Piccinini questionou a redução



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de investimentos no Programa Prevenção à Violência, no OP e em saneamento. A representante do movimento Tarifa Zero, Letícia Domingues, agradeceu a gentileza do vereador Adriano Ventura pelo convite para sentar-se a mesa. Disse que, entretanto, este lugar a deixa um pouco desconfortável, pois costuma falar do outro lado do auditório e se manifestar nas ruas. Disse que os números apresentados não traduzem as políticas em si. Frisou a dificuldade da participação popular para fazer uma emenda orçamentária devido à dificuldade em interpretar as leis e à falta de dados. Elogiou o Curso de Orçamento Público ofertado pela CMBH. Disse que devido à falta de acesso a informações ao cidadão ligou algumas vezes para a Ouvidoria da CMBH, mas ninguém atendeu ao telefone. Considerou que as emendas populares não deveriam ser rejeitadas por questões técnicas e que, caso seja necessário, a CMBH deveria colocá-las no formato técnico exigido. Lamentou que a apresentação sobre o Programa de Mobilidade Urbana tenha sido rápida. Disse que além da redução do orçamento do Programa de Mobilidade Urbana, o que foi executado em 2014 está muito abaixo da meta de execução. Observou que nesta execução as únicas ações que se concluíram foram a duplicação da avenida Pedro I, que é uma obra de incentivo ao transporte individual, e a obra do viaduto Batalha dos Guararapes, que caiu neste ano. Ressaltou que o movimento Tarifa Zero frisa a necessidade da escolha do transporte público como prioridade, e para isso é necessário acabar com os privilégios do transporte individual. Observou que não é coerente fazer uma política de incentivo ao transporte público sem acabar com os privilégios do transporte individual. Disse que, quanto mais vias forem duplicadas, mais carros vão encher essas vias. Informou que o movimento Tarifa Zero possui três propostas de emendas orçamentárias, sendo: 1) tarifa zero no Dia Mundial sem Carro, celebrado no dia 22/9; 2) tarifa zero no último domingo de cada mês; 3) publicidade dos dados sobre qualidade do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

transporte público dentro dos ônibus e no *site* da BHTrans. Pediu licença da mesa e retornou ao assento junto ao público. A representante do movimento Nossa BH, Adriana Torres, disse que é necessário lembrar aos vereadores que possuem a função de fiscalizadores do Executivo e que deveriam estar presentes a esta reunião. Observou que as apresentações do PPAG não estão focando nas alterações feitas e que é importante saber o motivo das reduções de investimentos em determinadas áreas. Disse que o movimento Nossa BH considera como áreas prioritárias Cidade com Mobilidade e Cidade Sustentável e que essas áreas tiveram reduções preocupantes. Ressaltou que essas áreas são importantes para a qualidade de vida da população. Salientou que a maioria das áreas não está tendo execução orçamentária com o PPAG inicial e que desde 2009 ocorrem baixas execuções nas mesmas áreas. Observou que o PPAG lida com planejamento a médio prazo e, por isso, não sofre grandes alterações no cenário financeiro; desta forma, não haveria motivos para baixas execuções orçamentárias frequentes. Disse que em 2013, o movimento apresentou sugestões de emenda ao programa Defesa Animal e que a maioria dessas sugestões foi acatada pelos vereadores, mas a maioria não entrou na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Disse que, então, entraram novamente com as sugestões de emendas que foram acatadas, porém não entraram nem na Lei Orçamentária Anual - LOA, nem no PPAG. Declarou que o PPAG tirou pontos importantes como o programa de Castração de Animais. Questionou se a Prefeitura quer que a cidade realmente participe das políticas públicas. Disse ter-se assustado ao saber que a área com maior redução de recursos para a segurança seja a área de prevenção. O presidente franqueou a palavra ao público: 1) o representante da Associação do Bairro Santa Tereza, Pedro Martins, informou que no último sábado o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas - IPCC - apresentou novas evidências sobre a forma como os humanos estão alterando o clima da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Terra, sendo uma das principais evidências a emissão de gases por automóveis. Questionou porque o maior investimento previsto no PPAG é para o Programa Corta Caminho. Declarou que, nesse sentido de priorizar os carros, Belo Horizonte está “na contramão do mundo”. Observou que a verba encaminhada pelo governo federal para resolver os problemas relativos à chuva não foi utilizada e que esses problemas estão próximos de ocorrer. Questionou o Programa Cidade Sustentável. Disse que, depois de Amyntas de Barros, Marcio Lacerda foi o prefeito que mais cortou árvores na cidade. Considerou que não há como falar em cidade sustentável cortando árvores. Observou que todas as emendas apresentadas pela sociedade civil ao PPAG foram cortadas e questionou se isso é participação popular. Disse que irão apresentar novamente as emendas, mas tem certeza que 33 vereadores que o prefeito disse na televisão que são dele irão cortá-las. Convidou a todos para participar da Primeira Reunião do Plano Nacional de Participação Social, que ocorrerá na próxima sexta-feira, às 17 horas na praça Sete. 2) André Veloso disse que veio na audiência pública na qual foi discutido o PPAG/2014-2017, na parte relativa às Políticas Urbanas, e considerou o debate muito raso. Entretanto, disse que ficou mais impressionado com a apresentação feita pelos representantes da prefeitura na reunião de hoje, pois considera que a apresentação foi apenas para cumprir uma obrigação, devido a rapidez com que foi feita e sem nenhum detalhamento. Questionou o fato de a Prefeitura ter enviado um representante da Sudecap para falar sobre mobilidade urbana. Observou que a Sudecap é o órgão responsável pela execução das obras e pela queda do viaduto Batalha dos Guararapes. Comentou sobre as políticas de priorização do transporte individual e ressaltou que pessoas estão sendo removidas de suas casas para dar lugar aos carros. Observou que mesmo o mundo vivendo uma crise ambiental e climática, a política urbana de Belo Horizonte não tem sido questionada. Disse que, em se tratando de segurança

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'A' followed by a surname.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pública, não quer uma política de monitoramento por câmeras. Informou que, em uma das emendas apresentadas pela sociedade civil, propuseram a retirada dos recursos para monitoramento e o investimento em outras áreas. Declarou que uma política de compartilhamento da cidade e de transporte coletivo é muito mais efetiva na segurança pública do que uma política de monitoramento e cerceamento do espaço público. Observou que é preciso coragem de mudar as coisas de verdade e de transformar o orçamento público partindo de uma perspectiva de baixo orçamento e com a participação das pessoas. Considerou que a política de participação do OP é uma política arcaica, voltada apenas para obras e que não disponibiliza informações para o cidadão. Considerou ser absurdo a sociedade civil ter que apresentar uma emenda ao PPAG para solicitar que a BHTrans apresente os índices de desempenho operacional. 3) Lucas Vieira Magalhães considerou que as propostas de mobilidade urbana da PBH não funcionam. Disse que se sente incomodado com a falta de diálogo entre a Sudecap e a BHTrans. Considerou que, em Cidade Sustentável, grande parte dos gastos está sendo investida em ações de pouca eficácia. Disse que, em vez de investir em asfalto, este deveria dar lugar a outros tipos de pavimentação que favoreçam a mobilidade e a permeabilidade do solo. Observou que a canalização do ribeirão Arrudas na década de 70 era uma obra com justificativas técnicas e que afirmara que não haveria alagamentos por cem anos. 4) O diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Informática de Minas Gerais, Gildásio Consenza disse que todos os vereadores da CMBH deveriam estar presentes nesta audiência pública. Questionou se esta reunião teria o objetivo de discutir se é possível buscar uma cidade viável para o cidadão ou de provocar inferno urbano. Considerou que a PBH aparenta buscar o inferno urbano. Disse que o PPAG está favorecendo os carros e áreas que já receberam financiamento. Ressaltou que falta investimento nas favelas. Observou que houve

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'V' followed by several smaller, less distinct characters.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

um aumento de 100% na obra da Cidade Administrativa em relação ao primeiro orçamento feito. Declarou que a PBH sistematicamente faz uma superavaliação de arrecadação de outros anos para dizer que houve queda na arrecadação. Disse que, de acordo com os melhores analistas do Banco Central Europeu, essa crise econômica mundial durará até por volta de 2024. Observou que uma instituição sem dinheiro tem que ter a melhor execução orçamentária possível. Destacou que o prefeito Marcio Araujo de Lacerda havia afirmado que no final do seu primeiro mandato uma nova linha de metrô estaria funcionando. Observou que o governo federal fez com que a crise econômica atingisse menos o Brasil do que outros países. Ressaltou que, além de previsões orçamentárias absurdas para áreas que não são prioritárias, existem casos de funcionários fantasmas, como o caso denunciado ano passado de ex-vereadores que possuíam cargos fantasmas na Prodabel. Disse que, compreendia o fato de existir um horário regimental da reunião, que se teria de cumprir, mas que, se fosse necessário, outras reuniões deveriam ser feitas e que a Prefeitura deveria ser obrigada a executar as obras do OP e alterar o PPAG conforme as necessidades. Declarou que não adianta os secretários apresentarem números, pois o que está sendo questionando é que estes números estão sendo investidos em lugar errado. 5) Luca Palmesi observou que a proposta de tarifa zero aos domingos possui gastos muito inferiores ao do Programa Corta Caminho. Explanou sobre a participação popular. Disse que nenhum vereador em época de campanha posicionou-se contra a participação social e a favor da priorização dos automóveis individuais e que, depois de eleitos, deveriam se manter coerentes em relação isso. Declarou que, é absurdo a BHTrans não dar publicidade aos seus atos, pois existe a Lei de Acesso à Informação. Disse que, o presidente da BHTrans, Ramon Victor Cesar, diz que estão disponíveis na internet, mas não estão, pois os *links* não dão acesso a nenhuma página.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'L' followed by several smaller, connected strokes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ressaltou que, na rubrica Transporte Seguro e Sustentável, consta o item estacionamento subterrâneo que considerou não ser seguro e nem sustentável. Observou que o programa Mobicentro prevê a redução de veículos de transporte público e aumento de veículos de transporte particular. Declarou que a ocupação do espaço público é o que dá segurança a esse e que “fechar todo mundo dentro de casa” é abandonar o espaço público. 6) Ana Carolina reforçou as três propostas do movimento Tarifa Zero. Declarou que a política de transporte e do vale-transporte é voltada para produtividade. Observou que existem políticas de lazer na cidade, mas que para uma família com cinco pessoas é inviável utilizar o transporte público para acessar essas políticas devido ao custo do transporte. Observou que existem ônibus ociosos rodando aos domingos e, por outro lado, é difícil pegar ônibus aos domingos, pois circulam em poucos horários. 7) Clessio Cunha reforçou a importância da divulgação dos índices de qualidade da BHTrans. Sugeriu que nas próximas reuniões ocorresse uma inversão na ordem dos trabalhos, franqueando-se a fala primeiro à sociedade civil e depois aos vereadores e secretários. Disse que dessa forma os secretários terão oportunidade de responder os questionamentos e sugestões apresentados. Disse esperar que a divulgação dentro dos ônibus dos índices de qualidade da BHTrans estimule ou pelo menos constranja a empresa de ônibus a melhorar o serviço que está sendo oferecido. 8) Celeste, turismóloga e moradora do bairro Barro Preto, questionou a requalificação do Polo da Moda. Afirmou que Belo Horizonte recebeu há dois anos o Congresso Internacional das Prefeituras e que as ações do PPAG não estão de acordo com as ideias debatidas no congresso. Disse que é ambientalista e que as ações do PPAG estão ultrapassadas. Ressaltou que estacionamento subterrâneo e bulevar são medidas consideradas ultrapassadas. Informou que 2 garotos de 13 anos caíram no Córrego do Onça e durante 2 dias não foram encontrados, pois os bombeiros

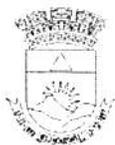
A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized letter 'C' followed by several loops and a final flourish.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

não podiam entrar no córrego devido à poluição. Observou que deveria haver menos preocupação com horário de encerramento desta reunião e lembrou que a CMBH é a casa do povo. Posicionou-se favorável a sugestão de inversão da ordem dos trabalhos. Às 21h30min o presidente prorrogou a reunião por uma hora. 9) Roberto Andrés declarou que as obras apresentadas não priorizam o transporte coletivo. Disse que diversas cidades do mundo estão retirando estruturas como o bulevar e que nenhuma cidade do mundo resolveu o problema de transporte público aumentando o espaço para carros. Considerou ser melhor para a cidade não fazer novos viadutos. Observou que a meta de ciclovias apresentada é de 60km e que a meta anterior da PBH era de 200km até 2014 e apenas 70km de ciclovia foram feitos. Disse que para construir 400km de ciclovia se gasta menos que para construir um viaduto como o Batalha dos Guararapes, que caiu. 10) Francisco Amorim disse que é o segundo ano que participa desta reunião e que está impressionado como a sociedade civil organizada procurou aprimorar as propostas e compreender o PPAG. Acrescentou que, por outro lado, a PBH e os vereadores não evoluíram nesse sentido. Considerou ser impressionante um representante da Sudecap dizer que está fazendo uma política pública revolucionária para a cidade, sendo que esta política se trata de construção de estacionamento subterrâneo e 60km de ciclovia. Declarou que essa política é “tudo menos revolucionária”. Disse que a proposta do movimento Tarifa Zero é mais contemporânea. Considerou ser vergonhoso que a sociedade civil tenha que apresentar emenda ao PPAG para solicitar que a BHTrans dê publicidade aos índices de qualidade do seu serviço. Disse que, ano passado, o movimento Tarifa Zero esforçou-se para apresentar propostas para o PPAG e que, com “uma canetada”, o vereador Henrique Braga desprezou a proposta sem ao menos ouvir a população. Disse que se existe algum problema técnico nas propostas os vereadores deveriam resolvê-los, pois isso não é

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'B' followed by a vertical line and a small flourish at the bottom.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atribuição da população. Disse esperar que a PBH e a CMBH levem em consideração as demandas da população. 11) Juliano, cadeirante há quase 20 anos, disse que acompanhou a evolução do transporte público da cidade desde a época do “chiqueirinho”. Explicou que o “chiqueirinho” impedia que o cadeirante pudesse entrar no ônibus e que houve uma evolução nesse sentido. Disse que os vereadores Arnaldo Godoy e Leonardo Mattos deveriam estar presentes nesta reunião por serem deficientes. Declarou que sua causa é o direito de ir e vir. Observou que as calçadas possuem degraus que para deficientes são barreiras muito difíceis e que as rampas padronizadas são muito raras. Relatou as dificuldades para um cadeirante entrar em um ônibus. Observou que 25% das frotas de ônibus ainda não estão adaptados para cadeirantes e que isso dificulta o acesso a mobilidade. Considerou que é necessário dar o direito de ir e vir a toda a população e aos 12,5% da população que tem algum tipo de limitação. Citou ainda como dificuldades enfrentadas pelos cadeirantes: a) o acesso a banheiros, pois muitos banheiros não possuem espaço para a cadeira de rodas; b) ônibus da estação rodoviária sem o mínimo de acessibilidade; c) falta de táxis adaptados. Adriana Torres pediu a palavra e observou que a forma como os dados foram divulgados no *site* da PBH e da CMBH é contrária à Lei de Acesso à Informação, pois os dados deveriam ser de mais fácil acesso e deveriam ser apresentados em planilha aberta. O vereador Adriano Ventura solicitou ao presidente que a planilha formulada pelo corpo técnico da CMBH com o comparativo das alterações da revisão do PPAG também seja disponibilizada no *site* da CMBH. O presidente franqueou novamente a palavra ao público: 12) Augusto Smith, participante do movimento Tarifa Zero e membro do BH em Ciclo, disse que esteve no Bicirio 2014 - Fórum Internacional de Mobilidade por Bicicleta e assistiu à palestra de Janete Sadim, ex-secretária de transportes de Nova Iorque, e ela informou que a referida cidade

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized letter 'A' followed by several smaller, less distinct characters.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

parou de investir em carros e começou a investir em espaços para pedestres e ciclistas, fez grandes praças e fechou a avenida Times Square. Ressaltou que o fechamento da Times Square foi feito baseado em dados e que fizeram de forma que, caso não dê certo, seja possível reverter. O presidente informou que a comissão trabalha com prazo previsto também na legislação acerca da tramitação do projeto de lei da LOA e que a comissão deliberou pela formatação das três audiências. Concordou que a tramitação do projeto de lei da LOA é complexa e que a CMBH tem realizado cursos no sentido de ajudar a sociedade e também o público interno da CMBH, incentivando a participação social. Informou que no último projeto de lei da LDO houve um recorde de apresentação de propostas populares. Disse acreditar que a CMBH está acertando em suas ações, devido ao público atendido nos cursos e ao recorde de apresentação de propostas. Afirmou ser testemunha do esforço do corpo técnico da CMBH em solucionar pequenas questões técnicas para viabilizar que as propostas populares sejam transformadas em emendas. Disse que a sociedade civil também pode buscar um vereador para que viabilize a apresentação de propostas. Informou que é representante desta CMBH no Comitê Intersetorial de Mudanças Climáticas e disse que, embora saiba que ainda estejam longe do ideal, Belo Horizonte tem uma das políticas públicas de enfrentamento dos problemas das mudanças climáticas mais avançadas do País. O secretário municipal de Obras e Infra-estrutura, José Lauro Nogueira Terror, informou que não há nenhuma restrição, nem sua e nem de outros representantes da PBH, em relação ao tempo de permanência nesta reunião e que estão a disposição da sociedade. Disse que, em relação à questão do automóvel, o governo federal vem incentivando a indústria automobilística há vários anos e que tornou o consumo do automóvel acessível. Disse que existem forças muito potentes estimulando o uso do automóvel e que cabe ao prefeito resolver o problema do engarrafamento. Informou que

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'V' followed by a few smaller characters.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

foi contratada uma consultoria no início do primeiro mandato do prefeito Marcio Araujo de Lacerda para antever a situação da cidade até 2030. Disse que o prefeito encontrou uma cidade que estava sem investimentos em infraestrutura há 30 anos. Declarou que, se o investimento em infraestrutura e no transporte público forem bem sucedidos, as pessoas desistirão do uso do automóvel. Informou que o metrô custa R\$500 a 600 milhões/km. Esclareceu que o que Belo Horizonte faz com seus próprios recursos é muito pouco e que a maioria dos recursos vem de financiamentos do governo federal ou de repasses de recursos do governo federal e estadual. Disse que a construção de metrô em uma metrópole como Belo Horizonte exige um esforço descomunal, que vai além do que a cidade pode fazer. Acrescentou que para a construção do metrô é necessário fazer projetos e que esses projetos são lentos. Esclareceu que a PBH tem há bastante tempo um projeto para requalificação do bairro Barro Preto, mas que, apesar de esse projeto ter sido aprovado, não existe consenso com a comunidade local para sua implantação. Informou que está sendo realizado um debate com os empresários do Barro Preto para resolver a questão. Disse que o Mobicentro é um estudo bastante aprofundado de todas as necessidades de eliminação de gargalos de trânsito. Informou que um representante da BHTrans está presente na audiência e que poderá explicar sobre o Mobicentro. Informou que a ouvidoria da PBH foi premiada e que, se a sociedade civil não conseguir alguma informação que deveria ser pública, deve acessar a Ouvidoria. Disse que, se algum *link* do *site* da PBH estiver “quebrado” ou se alguma solicitação de informação pública não for respondida, os administradores públicos serão punidos na forma da lei. Em relação às inundações, disse que vê na televisão cidades com altíssimo nível de desenvolvimento inundadas. Afirmou que é necessário fazer bacias de retenção de água. Informou que a Prefeitura está investindo R\$400 milhões nos córregos do Onça, Cachoeirinha



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e Pampulha para evitar as inundações na avenida Cristiano Machado. Acrescentou que a PBH está construindo a bacia de detenção do Calafate, que trata de um canal, um túnel e bacia de detenção, que suporta de uma vez só 600 milhões de litros d'água. Alegou que essas obras são fundamentais para se ter segurança diante das inundações. Contrapôs uma notícia do jornal que disse que a PBH investiu nessas obras apenas R\$12 milhões e afirmou que a PBH investiu R\$342 milhões, sendo que R\$200 milhões foram recursos de fora da Prefeitura. Informou que, devido à complexidade da obra, a PBH está investindo desde janeiro de 2012 no projeto dos córregos Pampulha, Cachoeirinha e do Onça. Disse que todos esses projetos são debatidos no Ministério das Cidades e no Ministério de Planejamento. Afirmou que a PBH está estudando tecnologias para aumentar a impermeabilidade do asfalto. Disse que, apesar de existirem divergências entre a Sudecap e a BHTrans, essas instituições sempre acabam convergindo. Em relação ao Viaduto Batalha dos Guararapes, disse que falou à imprensa que estavam diante de um caso de responsabilidade solidária e que havia acontecido um erro e, ainda, que se subordinaria ao laudo da perícia técnica da Polícia Civil sobre a apuração dos responsáveis. Sugeriu àqueles que quisessem gerar diagnósticos sobre as responsabilidades do acidente ler este laudo, pois o que estaria no laudo não seria o que havia sido dito nesta audiência. Observou que PPAG está disponível desde 30/9/14 e que todos tiveram tempo para estudá-lo. Concordou que a linguagem técnica do PPAG não é acessível para todos e que requer capacitação e estudo para interpretá-la, mas que não existe objetivo de confundir quem quer que seja. Disse que os secretários têm o papel de fazer a apresentação do PPAG e de ouvir o público, mas que se não fossem breves, seria necessário ter várias reuniões e com maior tempo de duração. Disse que cabe aos vereadores pensar no modelo de reunião. Reforçou que a PBH não tem verbas não utilizadas de financiamentos e de convênio e de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

qualquer ordem, principalmente em questões de obras estruturantes para inundações. Em relação às PPPs, considerou que este mecanismo de financiamento é “sinal dos tempos” e sinônimo de modernidade. Disse que a PPP é feita pelo governo federal e por todos os governos inteligentes que compreendem não ser a máquina pública capaz de administrar todas as suas obrigações. Informou que esteve em Nova Iorque dando uma palestra sobre o plano de obras de Belo Horizonte e que recebeu o reconhecimento da Universidade de Harvard. Disse que a lei de licitações públicas é antiga e que quem quisesse fazer algo no Brasil não poderia ficar somente preso a essa lei. Afirmou que a PBH não contrata PPP na base de improviso. Informou que a Lagoa da Pampulha é vítima de contaminação que vem de outros municípios e, por isso, a PBH tem que gastar dinheiro para retirar esses resíduos. Disse que espera ter esclarecido a maioria das questões. O diretor de Transporte Público da BHTrans, Daniel Marx Couto, afirmou que o *site* da BHTrans possui disponível um grande número de indicadores e que outros dados produzidos também podem ser disponibilizados no *site*. Disse que o índice de desempenho operacional foi criado desde 1998 e que constantemente é pauta da imprensa. Afirmou que existe o desejo de este índice ser conhecido e debatido e que ele pode ser publicado. Esclareceu que o índice de sistema operacional está sendo reestruturado por causa do sistema Move. Informou que, com o sistema Move, 80 mil pessoas/dia tiveram uma redução de tarifa de 30% e que outras 50 mil pessoas/dia tiveram uma redução na tarifa de 25%. Disse que todos os deslocamentos em horários de pico tiveram uma redução de 25 a 50% no tempo de viagem. Informou que houve uma redução de 70% de monóxido de carbono na emissão de resíduos sólidos da área hospitalar. Com relação às ciclovias, disse que a obra da ciclovia da rua Fernandes Tourinho é normal, pois o pavimento do asfalto já estava ruim. Informou que o Mobicentro prevê cinco grandes áreas de atuação dentro da área central e que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a primeira se refere à área hospitalar. Disse que dentre os seus princípios está a melhoria das travessias dos pedestres e a priorização do transporte coletivo. Ressaltou que, atualmente, 83% do transporte coletivo é acessível. Esclareceu que as normas exigem acessibilidade para transporte urbano, mas não para o transporte intermunicipal. O secretário municipal adjunto de Gestão Compartilhada, Gelson Leite, reforçou a fala de José Lauro Nogueira Terror sobre a disponibilidade dos gestores públicos para participação e o diálogo. Disse que o debate não se esgota nesta noite. Informou que, em 2011, foi realizado em Belo Horizonte o Planejamento Regional Participativo - PPR - e que isso serviu de consulta para a construção do PPAG. Disse que o PPR é o primeiro passo para a construção de planejamento participativo em Belo Horizonte. Disse que não houve corte de recursos do OP e sim um aumento de 36% do recurso. Disse que a redução citada pelo vereador Adriano Ventura não é referente às obras e sim ao custeio da secretaria, ou seja, à operacionalização do OP. Disse que no portal várias informações estão disponíveis, inclusive informações solicitadas sobre o trânsito e transporte coletivo. Colocou-se à disposição para o diálogo e esclarecimentos sobre os projetos de participação. O secretário municipal de Serviços Urbanos, Pier Giorgio Senesi Filho, informou que: a) no âmbito do Cidade Sustentável, foram suprimidas cerca de 700 árvores ao redor da Pampulha e essa supressão gerou o plantio de 11.700 novas árvores no mesmo lugar; b) dentro do Programa BH Mais Verde, há uma previsão de plantio de 54 mil novas árvores e que dessas foram plantadas 50.800 e há um trabalho voltado para que, a cada supressão de árvore ao longo da cidade, seja feito o replantio de acordo com os números estabelecidos pela Secretaria de Meio Ambiente. Disse que, em uma parceria com a Cemig, já foram inventariadas 215 mil árvores e que a meta é chegar até o final de 2016 com 380 mil árvores inventariadas. Observou que existe um elevado número de vandalismo contra essas

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'P' followed by a series of loops and a final stroke.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

árvores. Informou que existe um trabalho conjunto da Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Serviços Urbanos, a Superintendência de Limpeza Urbana - SLU - com a Cemig. O secretário municipal de Segurança Urbana, Coronel Júnior, informou que o capítulo do programa Prevenção da Violência foi basicamente escrito pelo sociólogo e professor Cláudio Beato e uma das estratégias estabelecidas foi a implantação e o fortalecimento do monitoramento por vídeo na cidade. Acrescentou que esse tipo de monitoramento é também um desejo da cidade, sendo uma opção do OP Digital de 2011. Informou que está sendo implantado na Guarda Municipal o porte de armas, o que vai demandar um esforço significativo da PBH, em parceria com o governo do Estado. Disse que haverá um gasto significativo com treinamentos, exames, contratação, dentre outros, até 2015, e que depois disso o custo será de manutenção. Disse que, na ação de equipamentos públicos, que seria o investimento em monitoramento por vídeo, haverá um incremento do circuito fechado de televisão - CFTV, nas áreas de Educação, de Saúde e de Assistência Social. A representante da Urbel, Karla Maria Vilas Marques, disse que o programa 064 é um programa associado, que é Geração e Qualificação Ocupacional em Áreas de Interesse Social. Informou que grande parte das metas apresentadas faz parte do programa 225 - Vila Viva e do Minha Casa, Minha Vida. Disse que o programa 064 possui algumas ações, como por exemplo, manutenção em conjuntos, bolsa moradia, acompanhamento social do pré e pós morar. Explicou que no programa 064 tem o que não está no programa Vila Viva e no Minha Casa, Minha Vida. Disse que existem várias obras do programa Vila Viva com previsão de finalização até 2017, por isso, existe uma redução de valores nesse programa. O secretário municipal adjunto de Orçamento, Bruno Passeli disse que é importante esclarecer que existe uma diferença entre a proposta original, pois houve uma alteração na projeção das receitas, o

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'B' followed by a surname.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que torna necessário haver alterações na projeção das despesas; por isso, houve uma redução dos valores. Observou que, enquanto algumas áreas estão reduzindo os investimentos, outras estão aumentando. Informou que, no total, há uma redução em torno de 3% da proposta original para a proposta de revisão. A representante do movimento Nossa BH, Adriana Torres, disse que, infelizmente, sua fala em relação ao Cidade Sustentável foi ignorada. Observou que a cidade fez uma proposta de como repartir esses recursos quando a sociedade civil apresentou as emendas ao PPAG no ano passado. Ressaltou que, em muitas áreas, esta proposta foi ignorada. Saliou que na área da Cultura foram apresentadas quatro emendas e as quatro foram ignoradas. Considerou que, se é para repartir os recursos, a sociedade deve ser consultada sobre como esses recursos devem ser repartidos. Disse que, se existe pouco tempo para a apresentação da revisão do PPAG, os gestores públicos deveriam focar nas alterações feitas. Observou que o *site* do Gestão Compartilhada é melhor que o *site* da PBH e considerou que encontrar informações no *site* da PBH é quase um “esforço heroico”. Observou que, no Seminário de Comunicação Pública realizado pela CMBH, o diretor de comunicação do Senado Federal disse que, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, as informações devem estar disponibilizadas em locais do *site* que sejam de fácil acesso ao cidadão e em formato aberto. Elogiou o *site* da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG e ressaltou que a Ouvidoria deve ser o último recurso na busca de informações. Disse que é necessário debater o PPAG regionalmente. O vereador Gilson Reis disse que é necessário criar uma simetria dentro da reunião, pois o Executivo fala três horas e os vereadores e sociedade falam uma hora. Considerou o debate superficial. Disse que o secretário José Lauro Nogueira Terror parte da premissa de que a PBH tem que adotar uma política de obras para carros, porque o governo federal tem uma política que incentiva o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

consumo do automóvel particular. Observou que, em países mais desenvolvidos, qualquer trabalhador mais simples possui um automóvel, mas nem por isso vai trabalhar todos os dias de carro. Ressaltou que a política desses países não prioriza os carros. Considerou ser deselegante o referido secretário atacar o governo federal, pois grande parte dos programas apresentados é do governo federal. Informou que o governo federal não fez PPPs para as áreas de saúde e educação e que a primeira experiência de PPPs nessas áreas é em Belo Horizonte. O vereador Adriano Ventura solicitou uma maneira para que os anseios da sociedade civil sejam acolhidos. O presidente informou que devido ao prazo limite para término da reunião não poderia conceder mais nenhum pedido para fala. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 23h18min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

Presidente: *Adriano Ventura*

<p style="text-align: center;">ATA APROVADA (art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno) distribuída em avulso, no dia <u>20/11/14</u>, não foi apresentada impugnação no prazo regimental. <u>21/12/14</u> <i>Adriano Ventura</i> _____ Presidente</p>
--